

5. O percurso metodológico



5. O percurso metodológico

5.1. Etapas e procedimentos metodológicos

5.2. Percurso para a leitura e análise da semióse no design nas cidades digitais

5.3. Limitações do método

... [a semiótica é] uma lógica que, em rede contínua, ensina a projetar, experimentar e conhecer, ao mesmo tempo em que estimula a descoberta para responder ao desafio e à complexidade dos problemas cotidianos. Uma estratégia que ensina a pensar e, nesse sentido, é muito mais que um método.

Ferrara (2004, p.56).

5. O percurso metodológico

Inicialmente, antes de apontarmos o percurso metodológico propriamente dito, caracterizaremos nossa pesquisa segundo os objetivos, as fontes utilizadas na coleta de dados e os procedimentos de coleta. Esses são os critérios classificatórios para uma pesquisa científica propostos por Santos (2002).

Considerando os objetivos, nossa pesquisa pode ser dividida em duas fases caracterizadas, respectivamente, como (1) exploratória e (2) descritiva. Segundo as fontes de dados da pesquisa, também podemos mencionar duas fases⁵² e caracterizá-las como (1) bibliográfica e (2) pesquisa de campo. A pesquisa de campo se fez necessária, já que almejávamos capturar os sites das cidades diretamente do meio no qual eles estão disponibilizados, ou seja, diretamente da Internet. Finalmente, segundo os procedimentos de coleta de dados, nossa pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de múltiplos casos.

De acordo com Santos (2002, p.29), os “procedimentos de coleta são os métodos práticos utilizados para juntar as informações necessárias à construção dos raciocínios em torno de um fato/ fenômeno/ processo”. Optamos, inicialmente, pelo estudo de caso, pois acreditávamos que, a partir da investigação de uma determinada cidade digital exemplar, pudéssemos extrair conclusões ampliáveis às demais. No entanto, constatamos a necessidade de aumentar o corpus da pesquisa, o que a caracterizou como um estudo de múltiplos casos.

5.1. Etapas e procedimentos metodológicos

Levando-se em consideração as fases de uma pesquisa proposta por Lopes (2005), podemos dizer que a nossa pesquisa foi sistematizada em quatro etapas, a

⁵² É importante ressaltar que o estabelecimento de duas fases, neste caso, não implicou em necessidade de finalizar uma para que pudéssemos iniciar a outra, ou seja, ambas as fases foram desenvolvidas concomitantemente.

saber: (1) definição do objeto; (2) observação; (3) descrição e interpretação; (4) conclusão.

As principais operações metodológicas foram: (1) revisão de literatura; (2) pesquisa exploratória; (3) definição do problema e das hipóteses; (4) definição do corpus da pesquisa; (5) definição da dimensão e do dispositivo de análise; (6) pré-teste e revisão da dimensão e do dispositivo de análise; (7) análise descritiva e interpretativa; (8) verificação das hipóteses e elaboração das generalizações.

O quadro abaixo expressa uma tentativa de relacionar as operações metodológicas com as etapas da pesquisa:

ETAPAS	OPERAÇÕES METODOLÓGICAS
Definição do objeto	revisão de literatura
	pesquisa exploratória
	definição do problema e das hipóteses
Observação	definição do corpus da pesquisa
Descrição e interpretação	definição da dimensão e do dispositivo de análise
	pré-teste e revisão da dimensão e do dispositivo de análise
	análise descritiva e interpretativa
Conclusão	verificação das hipóteses e elaboração das generalizações.

Quadro 3 – Etapas e operações metodológicas.

Embora tenhamos dividido todo o processo de pesquisa em etapas, devemos ressaltar que elas não são absolutamente autônomas nem estanques. Conforme aponta Lopes (2005, p.135), “a dinâmica do processo de pesquisa exige interações, voltas, novas combinações lógicas entre as etapas”. O relacionamento entre as operações metodológicas pode ser expresso no seguinte gráfico:

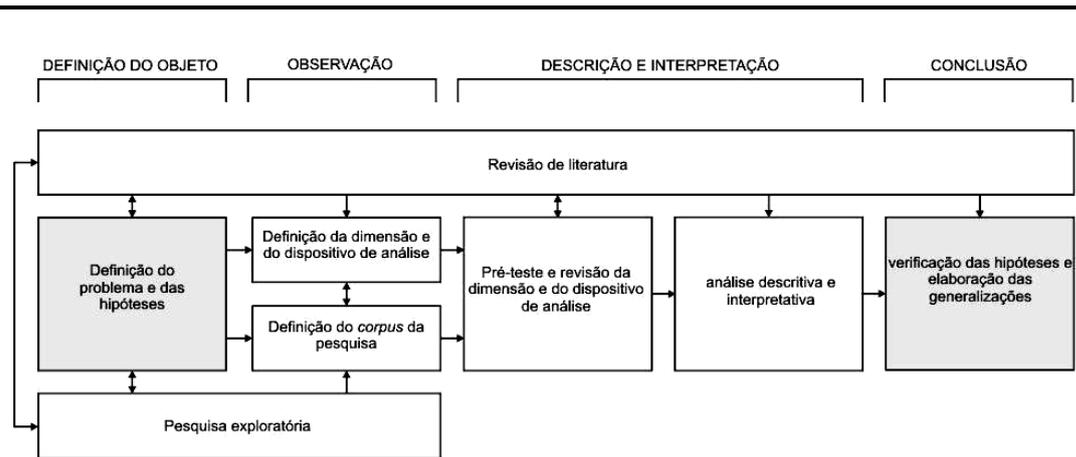


Figura 5 – Relações entre as operações metodológicas.

No gráfico acima, estão destacadas as duas fases que marcaram o início e o fim da pesquisa: a definição do objeto marca o começo e a conclusão se dá com a verificação das hipóteses e elaboração das generalizações. As setas indicam a relação de causa e consequência, ou de implicância e dependência, entre os procedimentos. Elas partem dos procedimentos de causa e chegam aos procedimentos consequentes. Por exemplo, a relação entre a definição do corpus e as análises é uma relação de mão-única, pois as análises não exercem nenhuma implicância na definição do corpus da pesquisa. Na verdade, para que possamos realizar as análises é necessário que se tenha previamente definido o corpus.

Vejamos, como mais um exemplo, a relação entre a definição do problema e das hipóteses com a revisão de literatura. Essa é uma relação de mão-dupla, ou seja, a definição do problema e das hipóteses está diretamente relacionada com a revisão de literatura e, ao mesmo tempo, a revisão de literatura é influenciada pela definição do objeto.

Verificamos, assim, a criação de um modelo metodológico, o qual, ao ser aplicado à nossa pesquisa, pode, ainda, ser reescrito da seguinte maneira:



Figura 6 – Relações entre as operações metodológicas aplicadas ao estudo das cidades digitais.

A seguir, são descritos os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa.

1) Revisão da literatura

A revisão de literatura contemplou, principalmente, os seguintes temas: (1) cidade digital, mais especificamente, cidade digital governamental; (2) design como fenômeno de linguagem; (3) relações transversais do design com as teorias semióticas e da comunicação e com os campos da arquitetura e do urbanismo. Tal pesquisa foi fundamental para que pudessemos conhecer o estado da arte.

O contato com a bibliografia sobre Comunicação e Semiótica foi essencial para o estabelecimento do marco teórico do trabalho. E, não menos importante, a bibliografia sobre metodologia científica nos garantiu conduzir a pesquisa e a redação final da dissertação dentro dos pressupostos socializados pela comunidade acadêmica.

As consultas bibliográficas foram realizadas concomitantemente às demais etapas da pesquisa, tanto em bibliotecas públicas, quanto em acervos particulares do pesquisador e da orientadora. A busca pela bibliografia também se deu através de pesquisas na Internet, principalmente em sites de programas de pós-graduação e de núcleos de pesquisa vinculados às instituições de ensino superior.

2) Pesquisa exploratória

De acordo com Santos (2002, p.26), explorar “visa criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno”. O corpus⁵³ (ou amostra) utilizado na pesquisa exploratória foi composto pelos sites oficiais das capitais de todos os estados brasileiros. A pesquisa teve por finalidade entramos em contato com todos esses sites, dentro de um mesmo referencial temporal, já que o conteúdo dos sites é freqüentemente alterado. O objetivo da pesquisa exploratória foi melhor definir a hipótese e dar subsídios para a constituição do corpus da pesquisa principal.

Essa pesquisa foi realizada através do motor de busca Google (www.google.com.br), em 19 de agosto de 2006. A busca se deu pelas seguintes palavras “prefeitura” + <nome na capital estadual>. Em todas as buscas o endereço eletrônico das capitais se encontrava no primeiro registro da lista apresentada pelo site. Assim, foi elaborado um quadro (Apêndice 1) contendo todas as capitais e seus respectivos endereços eletrônicos, bem como um banco de dados contendo todas as homepages⁵⁴ dos sites visitados.

A escolha por realizar a pesquisa exploratória com as capitais se deu pelo fato de serem elas, dentro de cada estado, cidades de relevância política e concentração em capitais de poderes públicos, e, portanto, dotadas de alta carga simbólica. Além disso, de acordo com Cambraia e Abdalla (2002, p.2), “este grupo de cidades normalmente se sobressai economicamente, financeiramente, industrialmente e comercialmente”. As capitais estaduais são, ainda, cidades que possuem maior visibilidade tanto no cenário nacional quanto no internacional.

Com base na pesquisa exploratória, verificamos a existência de uma pequena diversidade de conteúdo e de soluções de design adotadas nas representações das capitais no meio digital. Além de outros fatores, dentre os quais estão os de cunho ideológico e diferenciados graus de relevância atribuída pelos governantes às questões de implantação de políticas de e-gov (governo eletrônico), tal diversidade é resultante da desigualdade financeira entre as

⁵³ A palavra corpus é de origem latina e significa, em português, “corpo”. Dentro das ciências históricas, esse vocábulo se refere a uma coleção de textos. Barthes (1976, p.96 apud Bauer e Gaskell, 2004, p.44), define corpus como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com qual ele irá trabalhar”.

⁵⁴ “Homepage”, de acordo com Leão (2005, p.140), é um termo que “pode significar tanto a porta de entrada de um endereço na WWW, como também a página principal de uma seção”.

idades, já assinalada na pesquisa desenvolvida por Cambraia e Abdalla (2002). Com relação às constantes, pudemos identificar que, em todos os sites, as matrizes da linguagem e pensamento são exploradas de forma semelhante e que o design está a serviço de um conteúdo predominantemente jornalístico e publicitário.

3) Definição do problema e das hipóteses

O problema e as hipóteses da pesquisa foram lançados levando-se em consideração as pesquisas bibliográfica e exploratória. O problema e as hipóteses constituem a definição teórica do objeto da pesquisa. Eles estão explicitados no capítulo 1⁵⁵.

4) Definição do corpus da pesquisa

Para definirmos o corpus da pesquisa principal, recortamos do corpus da pesquisa exploratória o grupo formado pelas capitais da região sudeste. Tal tomada de decisão se deu em função da exigüidade de tempo e de recurso humano disponíveis para a pesquisa. Utilizamos os critérios apontados por Barthes (apud Bauer e Gaskell, 2004, p.55) para a delimitação do corpus de uma pesquisa, a saber: (1) relevância, (2) homogeneidade e (3) sincronidade.

A região sudeste foi selecionada por apresentar as capitais mais populosas⁵⁶ do país e, conseqüentemente, grandes concentrações de recursos. Ainda considerando a questão populacional, o grupo formado pelas capitais do sudeste brasileiro se destaca porque, nessas capitais, residem, no total, 10,65%⁵⁷ da população urbana brasileira. Assim, chegamos ao corpus formado por Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória.

É preciso, no entanto, evidenciar que não pretendemos, com tal amostra, estabelecer uma representatividade de todas as cidades brasileiras, tampouco de

⁵⁵ Ver p.20-24.

⁵⁶ De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levando-se em consideração as populações residentes, em 01 jul. 2006, São Paulo e Rio de Janeiro são, respectivamente, as cidades mais populosas do Brasil. A quinta cidade mais populosa é Belo Horizonte. Vitória, é a menos populosa das capitais do sudeste brasileiro.

⁵⁷ Cálculo realizado a partir dos dados do IBGE, em 01 jul. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2006/UF_Municipio.zip>. Acesso em 05 mar. 2007.

todas as capitais dos estados do Brasil⁵⁸, mas sim, por meio de um processo metodológico, eleger casos que sejam expressões qualitativas da representação das cidades brasileiras no meio digital.

Cabe, ainda, assinalar que a escolha de quatro estudos de caso nos permitiu uma dinâmica de comparação e confrontação, com possibilidades de conclusões mais amplas. Essa escolha se alinha com o pensamento de Ferrara (2000, p.23), quando expõe que “a cidade nos leva a estudá-la em confronto ou em comparação com outras cidades-irmãs”.

5) Definição da dimensão e do dispositivo de análise

Mesmo cientes de que a compreensão de um objeto (ou produto) se dá de forma global, no caso de nossa análise, por estarmos mais interessados nos aspectos e elementos de representação, focamos, inicialmente, nosso estudo na dimensão semântica.

Consideramos relevante a análise da dimensão semântica no estudo das cidades digitais pois essa dimensão possibilita-nos compreender como um produto (cidade digital) representa o objeto (cidade real) que está fora de si e, quando associada às dimensões sintática e pragmática, fornece subsídios para verificarmos quais são efeitos que tal objeto está apto a produzir em uma mente interpretadora.

Para a compreensão dessa dimensão, lançamos mão da teoria geral dos signos, da Semiótica, ciência desenvolvida por Charles Sanders Peirce. É nela que encontramos os fundamentos e instrumentais para a observação, a descrição e a análise das cidades digitais. Além disso, como dispositivo de análise, recorreremos às matrizes da linguagem e pensamento propostas por Santaella (2005), apresentadas no capítulo 4. Segundo a autora,

(...) as modalidades e submodalidades das matrizes da linguagem e pensamento criam condições para a leitura e análise dos processos lógico-semióticos que estão na base e toda e qualquer forma de linguagem, possibilitando ao analista divisar semelhanças e diferenças entre as manifestações concretas de linguagem. O objetivo último das classificações é o de funcionar como um dispositivo que permita perceber as formas semióticas de que partem os diversos processos sógnicos ou linguagens e as relações que são possíveis entre eles, o que nos leva à

⁵⁸ Uma metodologia de composição de uma amostra que representa todas as cidades digitais brasileiras pode ser encontrada em Cambraia e Abdalla (2002) e, em Vilella (2003), encontramos uma amostra que representa todas as capitais do Brasil.

superação das divisões estanques entre as linguagens na medida em que são fornecidas novas bases para uma visão intersemiótica fundada em matrizes lógicas (Santaella, 2005, p.380-381).

6) Pré-teste e revisão da dimensão e do dispositivo de análise

Uma vez definidos a dimensão e o dispositivo de análise, bem como o corpus da pesquisa, aplicamos um pré-teste, o qual constituiu-se em uma leitura e uma análise semiótica do site oficial da cidade do Rio de Janeiro⁵⁹. No pré-teste constatamos que as matrizes da linguagem e pensamento constituem um dispositivo extremamente pertinente para o estudo das cidades digitais como um objeto do Web Design, cuja linguagem é a hipermídia. No entanto, foi diagnosticada a necessidade de uma análise prévia da dimensão sintática, a qual forneceria as bases para a análise semântica.

Constatamos, também, a necessidade de um percurso metodológico que melhor conduzisse a lógica das análises das cidades digitais. Encontramos em Santaella (2005a) um aporte teórico e prático, o qual está detalhadamente descrito no item 5.3 deste capítulo e aplicado nas análises demonstradas no próximo capítulo.

7) Análise descritiva e interpretativa

Enquanto signos e objetos do design, as cidades digitais foram enfocadas principalmente sob duas dimensões: (1) sintática e (2) semântica. O dispositivo de análise foram as três matrizes da linguagem e pensamento propostas por Santaella (2005a). Foram realizadas análises descritiva e interpretativa dos sites oficiais das capitais do sudeste brasileiro.

Devemos ressaltar que as análises empreendidas dizem respeito somente às homepages⁶⁰ (páginas principais) dos sites oficiais das cidades estudadas. A homepage, por ter maior visibilidade, recebe maior atenção por parte dos

⁵⁹ Essa análise foi parcialmente publicada no artigo intitulado “La imagen y el imaginario urbano de la Era de la Cultura Digital: dos representaciones del Rio de Janeiro (Brasil) en el ciberespacio”, apresentado na IX Jornadas del Imaginario Urbano, Buenos Aires, Argentina. Cf. Braida e Nojima (2007).

⁶⁰ A pesquisa foi realizada somente com as homepages porque as demais páginas que compõem os sites oficiais das cidades brasileiras possuem diagramações diversas e não criam uma idéia de conjunto. Isso ocorre porque, em muitos casos, as páginas são desenvolvidas por diferentes equipes, sob a orientação de diversas secretarias municipais.

designers. Para Mitchell (2002, p.195), a homepage equivale à fachada de uma edificação e, segundo Mamede (2001, p.4), “a página inicial de um site representa sua instituição do mesmo modo simbólico que a fachada do prédio que a hospeda”.

As análises serão apresentadas, na íntegra, no próximo capítulo.

8) Verificação das hipóteses e elaboração das generalizações

O último passo metodológico foi a verificação da validade das hipóteses e conseqüentes generalizações, procedimentos necessários à pesquisa científica. Uma vez enunciadas as hipóteses⁶¹, com base nas pesquisas preliminares (exploratória e bibliográfica), tratamos de confrontá-las com os resultados das análises empreendidas. Ao final, após a confirmação da validade das hipóteses, foram elaboradas considerações e generalizações válidas para as demais cidades digitais brasileiras, as quais servem, também, como subsídios e pontos-de-partida para novas pesquisas.

5.2. Percurso para a leitura e análise da semióse no design nas cidades digitais

Conforme já foi dito no capítulo anterior, a Semiótica filosófica de Peirce, também denominada Lógica, caracteriza-se pelo elevado grau de abstração. No entanto, Santaella (2005c, p.XIII) afirma que “além de ser uma teoria do conhecimento, a semiótica também fornece as categorias para a análise da cognição já realizada. Com isso, ela também é uma metodologia”.

Nesse sentido, os pesquisadores têm procurado desenvolver metodologias de aplicação da semiótica em análises das linguagens manifestas baseadas especificamente na gramática especulativa, um dos ramos da semiótica⁶² no qual são estudados os variados tipos de signos.

Além de fornecer definições rigorosas do signo e do modo como os signos agem, a gramática especulativa contém um grande inventário de tipos de signos e de misturas sgnicas, nas inumeráveis gradações entre o verbal e o não-verbal até o

⁶¹ Sobre as hipóteses da pesquisa, ver p.22-24.

⁶² Os três ramos da semiótica são: (1) gramática especulativa ou teoria e classificação dos signos; (2) lógica crítica que estuda os três tipos de argumentos: abduativos, indutivos e dedutivos; e (3) retórica especulativa ou metodêutica ou, ainda, teoria do método científico.

limite do quase-signo. Desse manancial conceitual, podemos extrair estratégias metodológicas para a leitura e análise de processos empíricos de signos (...) (Santaella, 2005c, p.XIV).

Santaella (2005c, p.5) prossegue afirmando:

De fato, a gramática especulativa nos fornece as definições e classificações para a análise de todos os tipos de linguagens, signos, sinais, códigos etc., de qualquer espécie e de tudo que está neles implicado: a representação e os três aspectos que ela engloba, a significação, a objetivação e a interpretação. Isso assim se dá porque, na definição de Peirce, o signo tem uma natureza triádica, quer dizer, ele pode ser analisado:

- em si mesmo, nas suas propriedades internas, ou seja, no seu poder para significar;
- na sua referência àquilo que ele indica, se refere ou representa; e
- nos tipos de efeitos que está apto a produzir nos seus receptores, isto é, nos tipos de interpretação que ele tem o potencial de despertar nos seus usuários.

Entretanto, não há um método único para a análise da semiose⁶³. Ferreira (1997, apud Santaella, 2005c, p.43) menciona que

não há nenhum critério apriorístico que possa infalivelmente decidir como uma dada semiose funciona, pois tudo depende do contexto de sua atualização e do aspecto pelo qual ela é observada e analisada. Enfim, não há receitas prontas para a análise semiótica. Há conceitos, uma lógica para sua possível aplicação. Mas isso não dispensa a necessidade de uma heurística por parte de quem analisa e, sobretudo, da paciência do conceito e da disponibilidade para auscultar os signos e para ouvir o que eles têm a dizer.

A seguir, tomando por base o percurso para a aplicação da semiótica proposta por Santaella (2005c), mencionamos os passos utilizados para a leitura das cidades digitais. Os conceitos teóricos explicitados no capítulo 4 funcionam como alicerces para as leituras e análises empreendidas.

Segundo Ferreira (1997, apud Santaella, 2005c, p.41),

a característica fundamental do percurso de uma análise semiótica é que seus passos buscam seguir a própria lógica interna das relações do signo. Essa lógica, aliás, já está explicitada nas numerações de 1, 2 e 3 que seguem a lógica das categorias. Assim, o fundamento do signo, em nível 1, deve ser analisado antes da relação do signo com o objeto, nível 2. O objeto imediato, nível 2.1, deve anteceder o exame do objeto dinâmico, nível 2.2, e assim por diante. É claro que, na percepção, todos esses níveis sempre se misturam, mas o percurso analítico, que é um percurso autocontrolado, e tanto quanto possível autocriticado, deliberadamente estabelece passos para a análise.

⁶³ “A semiose, de acordo com Peirce, é um processo ininterrupto, que regride infinitamente em direção ao objeto dinâmico e progride infinitamente em direção ao interpretante final” (Ferreira, 1997, apud Santaella, 2005c, p.42).

Vejamos, abaixo, um gráfico que evidencia a lógica interna das relações do signo:

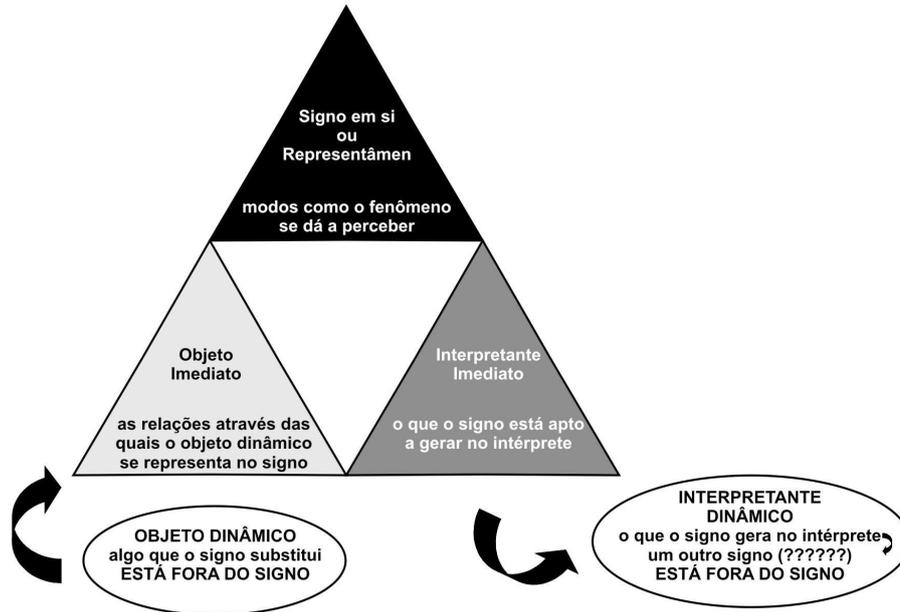


Figura 7 – A lógica interna das relações do signo. Fonte: Niemeyer (2003, p.33).

Um outro gráfico, apresentado por Santaella (2001, p.59) também ilustra a lógica interna das relações do signo com os objetos e os interpretantes:

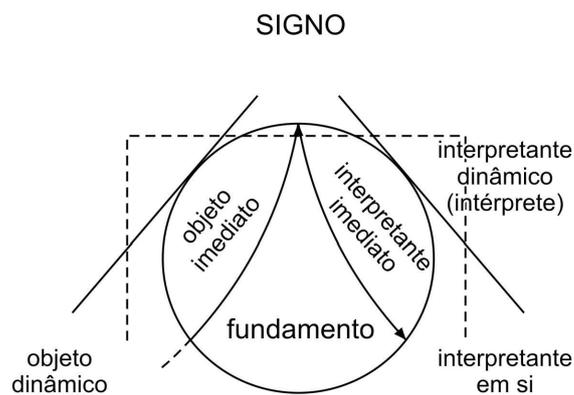


Figura 8 – Objetos e interpretantes do signo. Fonte: Santaella (2001, p.59).

Seguindo essa lógica, devemos proceder a leitura e análise dos signos levando-se em conta as tricotomias propostas por Peirce. Devemos concentrar nossa atenção, num primeiro momento, no signo em si mesmo, depois na relação do signo com os objetos e, por último, na relação do signo com os interpretantes.

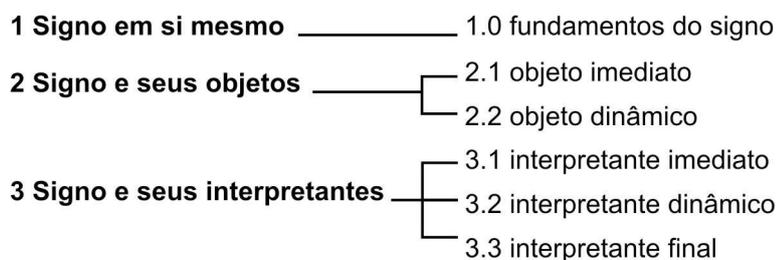


Figura 9 – A lógica para leitura e análise de um signo.

Respeitando essa lógica das relações internas dos signos, Santaella (2005c) propõe três passos para a leitura semiótica: (1) abrir-se para o fenômeno e para o fundamento do signo; (2) explorar os poderes sugestivo, indicativo e representativo dos signos; e (3) acompanhar os níveis interpretativos do signo. A seguir, os três passos são mais bem explicitados.

5.2.1.1. Abrir as portas do espírito e olhar para os fenômenos: contemplar, discriminar e generalizar

Santaella (2005c, p.29, grifos nossos) menciona que para se ler semioticamente um signo “o primeiro passo a ser dado é o fenomenológico: **contemplar**, então **discriminar** e, por fim, **generalizar** em correspondência com as categorias da **primeiridade**, **secundidade** e **terceiridade**”. A autora ainda afirma que “Peirce nos adverte que o exercício da fenomenologia exige de nós tão-só e apenas abrir as portas do espírito e olhar para os fenômenos” (Santaella, 2005c, p.29).

Contemplar significa desautomatizar nossa percepção e disponibilizar-nos por inteiro para o que está diante de nossos sentidos, sem julgamentos ou interpretações. Contemplar é dedicar-se à arte de olhar demoradamente e captar

dos fenômenos⁶⁴ somente as qualidades, ou seja, mirá-los como quali-signos. “Para Peirce, essa capacidade contemplativa corresponde à rara capacidade que tem o artista de ver as cores aparentes na natureza como elas realmente são, sem substituí-las por nenhuma interpretação” (Santaella, 2005c, p.30).

A discriminação implica em um olhar observacional sobre os fenômenos, encarando-os como sin-signos. Segundo Ferreira (1997, apud Santaella, 2005c, p.231), discriminar implica em observar as características existenciais dos fenômenos, daquilo que é irrepitível e único. Devemos identificar as singularidades dos fenômenos e reconhecer os limites que o diferenciam do contexto ao qual pertence, ou seja, distinguir partes do todo.

Por fim, conforme Santaella (2005c, p.32) apresenta, generalizar é “abstrair o geral do particular, extrair de um dado fenômeno aquilo que ele tem em comum com todos os outros com que compõe uma classe geral”. As generalizações são realizadas a partir da identificação do aspecto de lei de um determinado fenômeno, reconhecendo-o como um legi-signo.

Nesse primeiro nível da leitura, consideramos os três fundamentos do signo (qualidade, existência e aspecto de lei), propriedades que permitem que as coisas funcionem como signos, ou seja, que possibilitam às coisas representarem algo que está fora delas e produzirem um efeito em uma mente interpretadora.

5.2.2. Explorar os poderes sugestivos, indicativos e representativos dos signos

Uma vez observado o signo em si mesmo, analisamos a relação dele com seu objeto. Como sabemos, na verdade, o signo tem dois objetos: um dinâmico (externo ao signo) e outro imediato (interno ao signo). A análise semiótica nesse nível deve ser iniciada pelo objeto imediato, pois é por meio dele que o objeto dinâmico se faz presente.

O modo pelo qual o signo se refere ao objeto dinâmico é determinado pelo fundamento do signo e, por isso, são três as espécies de olhares que devemos

⁶⁴ De acordo com Santaella (2005c, p.33), quando analisamos o fundamento, que é o nível primeiro dos signos, estamos ainda no domínio da fenomenologia, pois, nesse nível, os signos nos aparecem como fenômenos.

desenvolver. Cada olhar leva em consideração um dos aspectos do signo: qualitativo, de existência e de lei. Dessa distinção surgem os três tipos de objetos imediatos: descritivos, designativos e copulantes.

De acordo com Santaella (2005c, p.34)

a apreensão do objeto imediato do quali-signo exige do contemplador uma disponibilidade para o poder de sugestão, evocação, associação que a aparência do signo exige. Sob esse olhar, o objeto imediato coincide com a qualidade da aparência do signo, uma vez que qualidades de aparência podem se assemelhar a quaisquer outras qualidades de aparência.

Num segundo olhar, levando-se em consideração o sin-signo, “o objeto imediato é a materialidade do signo como parte do universo a que o signo existencialmente pertence” (Santaella, 2005c, p.34). O objeto imediato aparece como parte de um outro existente (objeto dinâmico). E, finalmente, uma terceira espécie de olhar, leva em consideração a propriedade de lei do signo, ou seja, o legi-signo com fundamento. “Dessa forma, o objeto imediato é um certo recorte que o objeto imediato apresenta de seu objeto dinâmico” (Santaella, 2005c, p.35).

Por outro lado, e, na seqüência, devemos analisar o signo a partir do seu objeto dinâmico, o qual determina o modo como o signo se refere ao que busca representar. São três os modos através dos quais os signos se reportam aos seus objetos dinâmicos: icônico, indicial e simbólico. Nos ícones, a referencialidade é aberta e se concretiza por meio de similaridades; nos índices, ela é direta e pouco ambígua; nos símbolos, torna-se mais complexa, porque, tendo sua base nos legi-signos, são quase sempre convenções culturais.

Tal como nos lembra Ferreira (1997, apud Santaella, 2005c, p.42),

o signo é múltiplo, variável e modifica-se de acordo com o olhar do observador (...). Mas é preciso lembrar que o signo tem uma autonomia relativa em relação ao seu intérprete. Seu poder evocativo, indicativo e significativo não depende inteiramente do intérprete. Este apenas atualiza alguns níveis de um poder que já está no signo.

5.2.3. Acompanhar os níveis interpretativos do signo

Da análise da referencialidade dos signos, passamos para análise do processo interpretativo em todos os seus níveis. É na relação do signo com o interpretante que o signo completa sua ação como tal. E, considerando a lógica

peirciana do inclusivo⁶⁵, a interpretação embute outros dois aspectos do signo, quais sejam o de seu fundamento e o da sua relação com o objeto.

Seguindo a complexidade da semiose, devemos nos aproximar dos três interpretantes do signo na seguinte seqüência: (1) interpretante imediato, (2) interpretante dinâmico e (3) interpretante final. A análise semiótica deve, então, dar conta desses três interpretantes, seguindo essa mesma ordem de aproximação.

Quando analisamos o interpretante imediato [o qual é interno ao signo] em um processo de signos, temos de levar em consideração o fato de que, por ser um interpretante em abstrato, potencial, o que fazemos na realidade, no ato da análise, é levantar, a partir do exame cuidadoso da natureza do signo, da relação com o objeto e do potencial sugestivo, no seu aspecto icônico, referencial, no seu aspecto indicial, e significativo, no seu aspecto simbólico, algumas das possibilidades que julgamos que o signo apresenta (Santaella, 2005c, p.38-39).

No lugar do interpretante dinâmico aparece a figura do analista, ou seja, do intérprete. Enquanto receptores e analistas, nós nos encontramos na posição lógica do interpretante dinâmico e colocamo-nos na pele de um intérprete singular com sua interpretação também particular. De acordo com Santaella (2005c, p.40), quando “chegamos na etapa do interpretante dinâmico, estaremos explicitando os níveis interpretativos que as diferentes facetas do signo efetivamente produzem em um intérprete”. Tais níveis distribuem-se em três camadas: (1) camada emocional (qualidades de sentimento), (2) camada energética e (3) camada lógica (a mais importante quando o signo visa a produzir cognição).

Já o interpretante final, para o qual o interpretante dinâmico tende, “este não pode ser nunca efetivamente alcançado por um intérprete particular” (Santaella, 2005c, p.41). Cabe, ainda, citar que são três os níveis de interpretante existente na relação do signo com o interpretante final: rema, dicente e argumento.

Podemos dizer, enfim, que um rema é um signo que é entendido como representando seu objeto apenas em seus caracteres; que um dici-signo é um signo que é entendido como representando seu objeto com respeito à existência real e que um argumento é um signo que é entendido como representando seu objeto em seu caráter de signo (Santaella, 2005c, p.27).

Ao chegarmos ao interpretante final, completa-se o processo de análise do signo e da semiose, da interpretação analítica da potencial ação do signo.

⁶⁵ Ver p.72.

5.3. Limitações do método

De acordo com Serra (2006, p.130), “a escolha de um determinado método ou métodos adequados à determinada pesquisa é crucial para o seu maior ou menor sucesso” e tal escolha deve ser feita em função do reconhecimento do problema, do objeto, dos objetivos, das hipóteses, dos recursos disponíveis e das restrições inerentes às pesquisas. No entanto, ao elegermos um método, ou seja, um “caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim, por fases e etapas” (Rudio, 1992, p.15 apud Santaella, 2006, p.133), devemos estar cientes das limitações de abordagem intrínsecas a ele.

Para nós, a conscientização e a explicitação das limitações impostas pelo método é tão importante quanto a própria exposição detalhada do método utilizado. Por isso, devemos evidenciar que a principal limitação está no fato de as análises e leituras das cidades digitais terem sido empreendidas por um único analista, o qual carrega consigo um repertório próprio.

De acordo com Chiachiri Filho (2004, p.12),

evidentemente, toda interpretação necessita de uma mente interpretadora. Sabemos que, ao realizar uma análise sónica, acabamos por ocupar, queiramos ou não, a posição lógica do interpretante dinâmico, isto é, a posição de uma mente singular, existente, psicológica, com o repertório cultural e intelectual de que ela dispõe.

Nesse sentido, há uma indagação deve ser feita: não seriam as interpretações de um único analista extremamente singulares, incompletas e, portanto, falíveis? Santaella (2005c, p.39-40) propõe uma resposta para tal inquietação:

Como contraponto para as análises individuais, e na tentativa de evitar a singularidade que lhes é própria, a ciência faz uso das pesquisas de campo, pois estas têm por função avaliar que efeitos um dado processo de signos está produzindo em um determinado universo de pessoas. Não obstante a importância desse tipo de pesquisa, não se pode esquecer de que seus resultados se baseiam em quantificações de atos interpretativos meramente intuitivos. Assim sendo, o que ganha em coletivização da interpretação perde-se em acuidade analítica. A importância dessa acuidade para se conhecer o potencial comunicativo de um determinado processo de signos advém do fato de que, quando analisamos signos, estamos diante de um processo interpretativo que tem por objeto um outro processo que também tem natureza comunicativa e interpretativa.

Devemos ressaltar que, se por um lado a decisão de não privilegiar a consulta a um universo representativo de pessoas evidenciou uma limitação da pesquisa, por outro, ressaltou a primazia pela acuidade analítica. Tal decisão foi

ao encontro, ainda, dos objetivos estabelecidos, das restrições e dos recursos disponíveis para a pesquisa. A partir de leituras e análises dos sites oficiais das capitais do sudeste brasileiro pudemos discursar qualitativamente sobre as três dimensões semióticas das cidades digitais, ao passo que a consulta a um universo válido de pessoas geraria dados prioritariamente quantitativos e envolveria, sobretudo, questões relacionadas à dimensão pragmática.

Ainda, segundo Chiachiri Filho (2004, p.12),

é a própria semiótica peirciana que nos revela que a mensagem apresenta uma objetividade sgnica da qual não podemos escapar, se realizamos uma leitura que fica atenta a essa objetividade. Toda mensagem, de qualquer tipo que seja, apresenta um interpretante imediato, a saber, um potencial para ser interpretada, sua interpretabilidade. A leitura cuidadosa dos meandros da construção sgnica visa justamente ficar rente a esse potencial. Embora saibamos que uma interpretação de um intérprete particular não seja jamais capaz de atingir a interpretabilidade das mensagens em sua completude, o diálogo com a mensagem no seu modo de se fazer, na objetividade semiótica que apresenta, pode nos deixar com alguma certeza de que algo de sua verdade pode ser revelado.

Então, uma vez diagnosticados os limites da pesquisa, pudemos vislumbrar o real alcance da mesma.